

Presidente deve nomear os ministros militares no parlamentarismo, diz Reis

Da Sucursal de Brasília

O papel dos militares na política brasileira é um tema que já começou a dividir o PMDB no Congresso constituinte. Ontem, o secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), apresentou emenda na subcomissão do Poder Executivo da Constituinte determinando que, mesmo num regime parlamentarista, o presidente da República possa nomear privativamente os ministros militares.

Essa proposta encontra resistência do senador José Fogaça (PMDB-RS), relator daquela subcomissão, e poderá não ser incorporada ao relatório final que ele apresentará na próxima quinta-feira. Ontem, Fogaça insistiu em sua proposta anterior, de que, num sistema semi-parlamentarista, os ministros militares estejam subordinados ao Congresso Nacional, como os outros ministros.

A definição sobre esse tema poderá causar um impasse quando o relatório final de Fogaça for a votação na quinta-feira. Ontem, o senador disse que "é consenso de que alguma coisa precisa ser feita com os militares", mas afirmou que as relações entre os militares e os civis, no futuro sistema de governo, devem ser pautados por "um pacto político de convivência" e não por uma determinação constitucional.

Pela proposta de Milton Reis, compete ao presidente nomear os ministros da Marinha, Aeronáutica, Exército, Estado-Maior das Forças Armadas, chefe do Gabinete Militar, além do ministro das Relações Exteriores. A proposta é uma emenda ao projeto de "neo-parlamentarismo" apresentado na última segunda-feira por Fogaça. Milton Reis seguiu praticamente a mesma orientação da proposta do deputado Borges da



O deputado José Fogaça, relator da Subcomissão do Poder Executivo, conversa com Ulysses na Câmara dos Deputados

Silveira (PMDB-PR), divulgada há três dias.

A proposta Silveira prevê que, num regime semi-parlamentarista, compete ao presidente da República nomear "privativamente", os ministros militares e também o Consultor Geral da República e o Procurador Geral da República (não cita o ministro das Relações Exteriores). Tanto Milton Reis quanto Borges da

Silveira fazem parte do grupo "moderado" do PMDB.

Polêmica

O teor explosivo desse tema fica claro com os pronunciamentos recentes de militares, contra a hipótese de os ministérios militares, no futuro governo, ficarem subordinados ao Congresso Nacional. Isto porque, num regime parlamentarista, atra-

vés de voto de desconfiança, qualquer ministro pode ser demitido, se não tiver apoio dos parlamentares.

Ao apresentar, na última quarta-feira, uma proposta parlamentarista alternativa, o deputado Borges da Silveira e o grupo "Centro Democrático" — nome atual dos "moderados" do PMDB — procuraram, na verdade, uma fórmula de atenuar a proposta Fogaça, na votação final.